

Três pontos dificultam o acordo provisório da dívida

Pelo menos três obstáculos devem ser superados para que seja formalizado o acordo provisório com os banqueiros em Nova York: a definição de uma fórmula contábil que possibilite o crédito, em favor dos bancos, dos rendimentos do aporte de US\$ 3 bilhões; a definição de um **spread** (taxa de risco) aceitável pelas duas partes, a ser cobrado sobre os mesmos US\$ 3 bilhões; e a definição de um esquema de pagamento dos juros que vencerão nos primeiros meses do próximo ano, até que seja assinado o acordo multianual.

Paralelamente, há outras questões menores, como o problema do foro, mais uma vez levantado pela equipe negociadora brasileira, que se recusa a aceitar Nova York, insistindo num foro internacional. Contudo, nas negociações anteriores, essa exigência foi afastada, prevalecendo o ponto de vista dos credores.

Segundo um técnico da área econômica familiarizado com as negociações, a apropriação contábil dos rendimentos do aporte de US\$ 3 bilhões a ser feito pelos bancos até o fim do ano é um sério problema. Pela regulamentação norte-americana, como se trata de um **scrow account** (conta especial) não há como fazer o lançamento dos rendimentos. A alternativa apontada pelos negociadores brasileiros foi substituir o **scrow account** por outra forma de depósito, mas há dúvidas sobre essa possibilidade.

Em relação ao **spread**, os bancos insistem em cobrar pelo menos 0,815%, correspondente à taxa paga pelo pacote de resgate do México. Embora considere irreal o **spread** zero, os negociadores brasileiros em Nova York receberam instruções de Brasília para rejeitarem firmemente essa taxa, pois ela poderá ser aproveitada pelos banqueiros para aplicá-la no restante da negociação.

Quanto ao pagamento dos juros no primeiro semestre do próximo ano, o impasse também está criado. Mesmo admitindo a hipótese otimista de um acordo global ser fechado em fevereiro do próximo ano, dificilmente antes de junho ele seria subscrito pelos 700 bancos incluídos na negociação, ficando o problema: como pagar os juros que vencerão até lá.

A posição do governo brasileiro é de incluir tudo na negociação, mas isso corresponderia a um atraso no pagamento, correspondendo, na prática, a uma extensão da moratória, o que os credores consideram inacreditável. Mas o Brasil se recusa a retirar recursos da reserva cambial para pagar pelo menos US\$ 500 milhões mensais de juros, que pretende capitalizar ou refinarciar de alguma outra forma.